



Memórias de um professor-autor de livros didáticos de matemática do século XIX: alguns apontamentos

Maria Ângela **Miorim**

Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas

Brasil

miorim@unicamp.br

Resumo

Este trabalho apresenta resultados parciais de um projeto de pesquisa mais amplo que tem o objetivo de analisar “a escrita de livros didáticos de matemática nos séculos XIX e XX”. Na primeira metade do século XIX, a Academia da Marinha do Rio de Janeiro foi o *locus* de nascimento de um autor de livros didáticos de matemática que teve grande influência nos caminhos da matemática escolar brasileira. A partir das memórias de Christiano Benedicto Ottoni apresentadas em seu livro *Autobiografia* analisamos indícios da constituição desse professor-autor de livros didáticos de matemática do século XIX.

Palavras chave: história da educação matemática, século XIX, livros didáticos de matemática; Academia da Marinha.

Introdução

O professor-autor Christiano Benedicto Ottoni iniciou a escrita de suas memórias em 1870, período em que estava “ocioso” e sentia a necessidade de preencher seu tempo com algum trabalho de seu interesse. Estava perto de seus 60 anos e padecia do que teria chamado um autor latino, que não se lembrava o nome, da *scribendi cacoethes*, ou seja, da doença maligna da escrita (Otoni, 1983, p.3). Provavelmente escrevendo com uma caneta tinteiro, Ottoni durante os anos seguintes fazia correções, comentários, complementações aos seus registros anteriores. A última complementação que fez diz respeito a um acontecimento ocorrido em novembro de 1890. Em um comentário anterior, sobre a queda da monarquia, projeto que desde muito jovem

defendeu, ele tinha então 78 anos e “sentia o peso da idade”.

Nascido em 1811 no município mineiro *Vila do Príncipe*, terra de ouro, diamantes, serras, rios e coqueiras, em um período em que as minas estavam se esgotando e que a região começava a se dedicar à pecuária e à agricultura, Christiano Benedicto Ottoni presenciou e participou de diferentes formas dos principais eventos políticos ocorridos no Brasil no século XIX. Tinha sete anos quando participou das festas da comemoração da coroação de D. João VI. Aos 11 anos participou de uma “festa de arvorada” em comemoração à Independência. Por ser filho de um pai que era “um dos principais da terrinha” recitava uma poesia “que era intensamente aplaudida” (Otoni, 1983, p.20).

Embora Ottoni não mencione este fato em suas memórias, ele deve ter tido contato em 1917, mesmo que rapidamente, com um viajante estrangeiro que ficou algum tempo conhecendo a região. Trata-se do botânico Auguste de Saint-Hilaire, que fez muitos registros sobre a Vila do Príncipe, avaliando que em torno de 700 casas abrigavam uma população de 2500 a 3000 habitantes. Em suas observações, Saint-Hilaire (1939) descreve as características da Vila.

Essa vila está edificada sobre a encosta de um morro alongado; e suas casas dispostas em anfiteatro, os jardins que entre ellas se veem, suas igrejas disseminadas formam um conjunto de aspecto muito agradável, visto das elevações proximas. (...) As ruas são pouco numerosas, e, na maioria, calçadas. (...) A maioria das casas é caiada, e, os portões e caixilhos das janelas são, geralmente, pintados em cinzento imitando mármore. (p.282)

Tempos de Formação

Otoni teve suas primeiras aulas com um “mestre de primeiras letras” chamado Manoel da Costa. Não foi um aluno prodígio, foi “tarde à escola” e aprendeu “lentamente”. Ao lembrar esse período, comenta que seu primeiro professor “ensinava materialíssimamente” e que tinha uma prática curiosa, chamada “perdões”. Aos alunos que eram merecedores, o professor distribuía “bilhetes com a sua rubrica”. Esses bilhetes eram usados para perdoar faltas futuras e fugir à palmatória¹ do professor”, por isso, o professor os denominava “perdões”. Como eram “inomináveis e transmissíveis”, eles podiam ser usados para auxiliar um colega mais fraco. Essa prática gerava um comércio de perdões entre alunos e também entre parentes de alunos e do professor (Otoni, 1983, p.13, 17, 19). Podemos imaginar que o professor Manoel estivesse utilizando alguns princípios do Método Lancasteriano, também conhecido como Monitoral ou Mútuo. A propaganda européia de sua superioridade em relação a outros métodos levou o

¹ Instrumento de madeira com um cabo e uma parte circular na outra extremidade com cinco furos, com o qual pais e professores castigavam as crianças, batendo-lhes com a parte circular na palma de suas mãos. Bolo (ou bolinho) era a denominação para o golpe de palmatória, dado como punição.

“Imperador D. Pedro I” a incentivar a sua adoção no Brasil “e, em 1827, a determinar” a sua “obrigatoriedade em todas as escolas públicas de primeiras letras do Império” (Faria Filho; Vidal, 2000, p.22). Esse método previa a utilização de “cartões de perdões e penas”. Entretanto, é possível conjecturar que a prática dos “perdões” e “bilhetes” adotada pelo professor Manoel em Vila do Príncipe estivesse associada também a uma outra prática daquele município, relacionada ao ouro, que é contada por Saint-Hilaire em seu livro *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*. O autor escreve que após a chegada ao Brasil da Corte Portuguesa D. João VI proibiu a circulação do ouro em pó no Brasil. Foram então estabelecidas “casas de conversão (casas de permuta), onde os que possuíam pequenas quantidades de ouro em pó as levavam para receber em troca, **bilhetes**, chamados de permuta” Como eram inomináveis e transmissíveis, esses bilhetes circulavam “como dinheiro em toda a província” (Saint-Hilaire, 1939, p.290).

A outra característica que Ottoni atribui ao ensino de seu professor de primeiras letras, ensinar “materialíssimamente”, pode em um primeiro momento nos levar a pensar em um ensino com materiais concretos, ao estilo do ensino mútuo ou intuitivo. Entretanto, a materialidade a que Ottoni se refere diz respeito aos castigos físicos, em particular, ao uso da palmatória. Pela experiência que teve com esse tipo de ensino “material”, no qual era castigado pelo professor não apenas pelo não cumprimento de tarefas escolares como também por faltas cometidas fora da escola, Ottoni se posiciona totalmente contrário a essas materialidades. Não acredita que os castigos físicos possam mudar ou melhorar o comportamento dos alunos, além de considerar que a prática dos perdões agrava ainda mais a situação. Para justificar a sua posição, utiliza a sua própria experiência. Como ele não tinha facilidade para obter os perdões, ao contrário do seu irmão Jorge, cuja madrinha negociava perdões junto à esposa do professor, e era um aluno travesso, muitas vezes “chuchou” os seus “bolinhos”. Além de utilizar a “injustiça” na prática dos perdões em defesa do não uso de castigos físicos, Ottoni afirma que não foram os castigos do professor ou de seu pai que contribuíram para que ele tivesse um melhor comportamento. Ao contrário, mudou a sua postura com relação aos estudos quando seu pai teve uma atitude carinhosa com ele. Ao ser informado “que havia algumas semanas sabia eu sempre a lição, disse-me com desusada brandura: não é melhor isto do que precisares de castigo? E os olhos se lhe umedeceram de lágrimas que me causaram profunda impressão” (Otoni, 1983, p. 19). Daquele dia em diante, Ottoni estudou seriamente.

Ao concluir as aulas de primeiras letras aos 12 anos, Ottoni frequentou durante quatro anos a aula de Latin com o professor Paulo, que segundo ele “sabia a língua, como a pode saber um homem de boa memória, sem talento”. Também, aprendeu, “imperfeitamente, a traduzir francês”, com seu irmão Teófilo, “que o aprendera com o Ouvidor Plácido Martins” (Otoni, 1983, p.13, p.19). Em suas memórias, Ottoni considera que a sua formação básica foi muito

deficiente.

Quando em 1828 mudou-se para o Rio de Janeiro, com “quase 17 anos”, considerava ser “uma criança em tudo”. Com relação à sua formação, não teve um “verdadeiro ensino religioso” e a “educação literária foi quase nula” (Otoni, 1983, p. 13). Lembra-se que suas únicas leituras foram as de alguns clássicos latinos, dentre os quais encontra-se o historiador Tácito, e os autores franceses “Gil Braz e Diabo Coxo”. (Otoni, 1983, p. 23). Embora Otoni não explicita quais eram esses textos, provavelmente, trata-se dos livros de Alain-René Lesage: *Histoire de Gil Blas de Santillane* e *Le Diable Boiteux*, obras infanto-juvenis que circulavam naquele período no Brasil (Coelho, 1987).

Ao chegar no Rio de Janeiro estudou durante quatro semanas para “os preparatórios”, os vestibulares daquele período, à Academia Real de Guardas-Marinha, que constavam de “tradução de francês e rudimentos de aritmética”. Os quatro irmãos Teófilo, Honório, Jorge e Cristano estudaram nesta Academia. A opção não foi pessoal. A decisão do pai baseou-se nos custos e nas vantagens que naquele período foram dadas por D. Pedro I para “criar oficialidade de mar”. Os postos de Aspirante (cadete) foram abertos a jovens não pertencentes à nobreza, com o oferecimento de bolsas de estudo, “pensões”, aos alunos que frequentassem o curso e tivessem bom aproveitamento, com a possibilidade de ter um emprego em um breve tempo. A aprovação em qualquer ano do curso promovia o aluno a Guarda-marinha, com o salário correspondente. Além disso, a aprovação autoriza o aluno a “abrir em casa explicação das matérias já cursadas”, ou seja, a oferecer aulas particulares (Otoni, 1983, p. 25-6).

Tempos de profissionalização

A Real Academia dos Guardas-Marinha, desde a sua implantação por Dona Maria, Rainha de Portugal, em 5 de agosto de 1779, tinha o objetivo de oferecer estudo da Ciências “que são indispensáveis, não só para se instruírem, mas também para se aperfeiçoarem na Arte, e prática da Navegação”. No currículo proposto para essa formação, no denominado Curso de Matemática, constavam as seguintes matérias: Aritmética, Geometria, Trigonometria Plana e Esférica, Álgebra e sua aplicação à Geometria, Estática, Dinâmica, Hidrostática, Hidráulica, Óptica, e de um “Tratado completo de Navegação” (Silva, 1828a, p.230).

Quando a Côrte Portuguesa se transferiu para o Brasil, “a Companhia dos Guardas-Marinha, o seu Comandante e os Lentes da Academia, acompanharam o Príncipe Regente” (Pirassinunga, 1958, p. 57). Por Decisão Oficial, de maio de 1808, a Real Academia dos Guardas Marinha foi instalada e funcionou nos primeiros tempos nas dependências do Convento de S. Bento, com o mesmo Comandante e Diretor da Academia “José Maria Dantas Pereira”, que continuou à frente do estabelecimento até 1817, quando foi substituído pelo Capitão de Mar e

Guerra Francisco Maria Teles” (Pirassinunga, 1958, p. 59). Neste período, o funcionamento da Academia continuava a ser regido pelo Decreto de 1º de abril de 1796, no qual o Curso Matemático era “composto de três anos letivos”:

No Primeiro Ano: Aritmética, Geometria e Trigonometria Reta com o seu uso prático mais próprio aos Oficiais do Mar.

No segundo ano: Princípios de Álgebra até as Equações do segundo grau inclusive; primeiras aplicações dela à Aritmética e Geometria; Seções Cônicas e a Mecânica com a sua aplicação imediata ao Aparelho, e Manobra.

No Terceiro ano: Trigonometria esférica; Navegação Teórica e Prática e uns rudimentos de Tática Naval (Silva, 1828b, p. 268).

Além dessas disciplinas teóricas, estavam explicitados os estudos das “artes” para cada um dos três anos. Nessas lições práticas estavam previstos desde o conhecimento de todos os instrumentos e de seu manuseio, o desenho de “plantas de diferentes Costas, Bahias, Enseadas e Portos”, “escorar o navio no dique”, até “a solução dos importantes e diversos problemas da Artilharia Prática” (Silva, 1828b, p. 268-9).

Christiano Benedicto Ottoni foi aluno na Academia da Marinha de 1828 a 1830. Em suas memórias, registra que as “matérias regularmente desenvolvidas” no 1º ano foram: “Aritmética, Álgebra até equações do 2º grau, Geometria, Trigonometria retilínea”. No 2º ano: “Álgebra superior, Geometria analítica, Cálculo diferencial e integral, Mecânica” e no 3º: “Trigonometria esférica, Astronomia Náutica, Navegação”. Em seguida, em um parágrafo separado faz o seguinte registro: “tudo segundo Bézout”². Ao final, menciona as “aulas secundárias”, que para ele eram “Aparelho, Desenho, Artilharia” (Ottoni, 1983, p.26).

Ottoni não mede elogios aos seus “professores de ciência” da Academia da Marinha: “conscienciosos, dedicados aos seus deveres, incansáveis”, nunca faltavam. Eram eles, os capitães-de-mar-e-guerra: José de Souza Correa (1º ano), José Gonçalves Vitória (2º ano), Francisco Miguel Pires (3º ano) e Maximiano Antonio da Silva Leite. Este último, em especial, embora fosse professor da “cadeira de artilharia”, “tinha o título de Lente de Matemáticas”, “conhecia a fundo o espírito da ciência”, era mais rigoroso: podia ser chamado “um Matemático”. A caracterização desse verdadeiro matemático é feita por Ottoni da seguinte

² Étienne Bézout (1739-1783) foi um matemático francês, membro da Academia de Ciências e professor de escolas militares. Sua coleção de livros de matemática intitulada *Cours de Mathématiques à l'usage des gardes du pavillon et de la marine*, publicada entre 1764 e 1769, foi muito utilizada em escolas francesas e de outros países.

forma: “Um homem excêntrico, misantropo, celibatário; vivia em grande isolamento entre os seus livros, um sextante com que fazia freqüentes observações, e a sua flauta que tocava bem” (Ottoni, 1983, p.27).

Quando cursava a Academia da Marinha, aproximou-se dos liberais e das discussões políticas. Seu irmão mais velho, Teófilo, já estava envolvido com as propostas liberais. Mas foi um amigo que o levou à leitura de autores ligados à Revolução Francesa, dentre eles o Contrato Social de Rousseau. A partir desses primeiros envolvimento, assumiu a sua posição de liberal, democrata, republicano, envolvendo-se, com intensidades variadas em todos os eventos de seu tempo.

Tempos de ser professor

Em 1830, ao concluir o curso na Academia da Marinha, não querendo seguir a carreira na Marinha e pensando em seguir a carreira jurídica, pleiteou uma vaga de professor de Geometria “anexa ao Curso Jurídico” de São Paulo. Entretanto, “foi indeferida a petição” (Ottoni, 1983, p.30). Segundo informações do Marquês de Valença, amigo de seu pai, a negação foi causada por uma intervenção do Marquês de Paranaguá, que havia dito ao D. Pedro I, que os Ottoni eram inimigos, pela oposição que a família fazia à monarquia.

Não conseguindo assumir a vaga de professor, Ottoni continua em seu posto de Guardamarinha. No ano da “abdição de D. Pedro I, em 7 de abril”, Ottoni pede licença da Marinha e ingressa no 3º ano da Academia Militar. Em suas memórias, explica que naquele período os dois primeiros anos eram comuns às Academias da Marinha e a Militar. Por essa razão pode entrar direto no 3º ano, no qual era estudado o “curso completo de mecânica, regido por J. J. Rodrigues Torres, depois Visconde de Itaboraí”. O seu ingresso na Academia, no entanto, só teria sido possível, pelo fato de o Marquês de Paranaguá, defensor da monarquia, ter deixado naquele ano o Ministério da Marinha (Ottoni, 1983, p.31).

Naquele ano de 1831, Ottoni esteve envolvido em todos os acontecimentos políticos. Foi voluntário no batalhão de revolucionários que assistiu à abdicação do Imperador na madrugada do dia 07 de abril, participou dos motins do mês de julho, fez parte da Guarda municipal provisória.

Talvez por seu envolvimento com os “revolucionários” e a conselho do pai, em 1832, pediu licença da Marinha, se afastou da Academia e tentou novamente ingressar em uma cadeira de Geometria, agora em Ouro Preto. No concurso foi examinado por “dois padres do Caraça”, mostrando que sabia mais geometria do que eles. Foi aprovado. Iniciou suas aulas. Trabalhou “três ou quatro meses” e pediu demissão. Suas “palestras” liberais não estavam agradando os moderados da Província de Minas Gerais. Voltou em 1833 à Academia Militar e concluiu seu curso em 1837, ano em que se casou.

O curso de engenheiro que realizou na Academia Militar não deve ter sido um curso que Ottoni tenha se envolvido, ou gostado. Em suas memórias, nenhum comentário além das poucas observações sobre o ano em que ingressou foi registrado. É possível que estivesse em um reduto de pessoas com posições político-ideológicas diferentes das suas. Foi um período de grande militância política, que culminou com a sua eleição como Deputado, em 1835, na primeira legislatura da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro.

Em 1834, iniciou sua carreira de professor substituto Academia Militar, por concurso, e dava “explicações em casa”, forma empregada naquele período às aulas particulares dadas a alunos que desejavam prestar os “preparatórios” ou que já estavam matriculados em cursos superiores (Ottoni, 1983, p.31). Permaneceu como professor da Academia da Marinha durante 21 anos.

Tempos de escrita de livros didáticos de matemática

Os Estatutos da Real Academia Militar, prescritos pelo Decreto de 1º de abril de 1796, enfatizavam que as lições deveriam ser dadas segundo os “compêndios” utilizados naquele momento, esclarecendo que essa decisão deveria ser cumprida enquanto não fosse ordenado o contrário (Silva, 1828b, p. 269). Os professores deveriam seguir os compêndios indicados, não lhes sendo permitido utilizar outros ou fazer de outra forma. Um autor dos Compêndios, embora não mencionado nos Estatutos, era Étienne Bézout.

Os livros de Bézout fizeram “enorme sucesso” nas escolas francesas. Em um levantamento realizado pelo gabinete ministerial em 1799, os resultados mostraram que dezesseis anos após a morte de Bézout, “50 entre 69” *Écoles Centrales* ainda “estavam ensinando matemática de acordo com Bézout” (Schubring, 2003, p.100-101). No Catálogo da Biblioteca Nacional da França é possível localizar “mais de setenta e cinco edições da Aritmética” de Bézout “no período de 1770 até 1868” (Valente, 1999, p. 79). As traduções para a língua portuguesa também tiveram várias edições.

Desde a criação da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, em 1772, professores portugueses da instituição iniciaram a tradução de obras francesas. Monteiro da Rocha traduziu os “*Elementos de Arithmetica*” e *Elementos de Trigonometria Plana*” e José Joaquim Faria os *Elementos de Analyse Mathematica*” de Bézout. Embora fossem traduções dos originais franceses, os professores-tradutores incluíram em suas traduções alguns elementos originais, como métodos e fórmulas. Monteiro da Rocha, na tradução dos “*Elementos de Arithmetica*” incluiu “um método de extracção da raiz cúbica dos números, que ficou conhecido por Método de Monteiro”. Essas traduções de Bézout foram utilizadas “No curso da Companhia de Guardas-Marinhas, criado em 1782” (Henriques, 2005, p. 187-9). A essas traduções foi acrescentada a de “Custódio Gomes Villas Boas, professor da Academia” do “*Curso de*

Mathematica, escripto para uso dos Guardas bandeiras e Guardas marinhas: elementos de Geometria, trigonometria Rectilínea e spherica”, em 1796.

Iniciando sua atividade como professor substituto da Academia Real da Marinha de Lisboa, em 1801, o professor Barbosa foi “mais tarde promovido a lente catedrático” (Castro, 1999, p.20). Seguindo as orientações da Academia, Barbosa utilizava em suas aulas de geometria do 1º ano o texto de Bézout. Entretanto, não concordava com alguns aspectos do texto e resolveu escrever seu próprio livro. Como membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, Barbosa possivelmente encaminhou o manuscrito de seu livro de geometria para avaliação visando uma futura publicação pela instituição e, talvez, a sugestão de sua adoção na Academia Real de Marinha. A avaliação do texto de Barbosa emitida por Francisco de Paula Travassos, emitida em 16 de dezembro de 1814, contemplou as expectativas do autor.

Li os Elementos de Geometria compostos pelo Sr. Francisco Vilella Barbosa (...) Depois de algumas pequenas alterações que o autor de boa vontade se prestou (...) me parecem dignos (...) de serem adotados nas escolas em lugar dos Elementos de Geometria do Sr. Bezout, em que muitas vezes não se encontra nas demonstrações aquele rigor geométrico (...) (Travassos, 1814).

Aprovada pela Academia, a primeira edição dos *Elementos de Geometria* de Francisco Vilella Barbosa foi publicada em 1815, “às custas” da instituição, vindo a substituir oficialmente o livro de Bézout na Academia Real da Marinha. Barbosa publicou, em 1817, o “*Breve tractado de Geometria spherica, em additamento aos seus Elementos de Geometria*”, que foi incorporado às futuras edições de seus *Elementos de Geometria*, “várias vezes reeditados” (Henriques, 2005, p. 191).

Quando Ottoni foi aluno da Academia da Marinha, de 1828 a 1830, os livros de Bézout eram ainda adotados. Ao assumir a cadeira de lente catedrático, em 1844, a orientação havia sido mudada. O livro de geometria agora indicado no 1º ano da Academia da Marinha era o de um autor brasileiro, seu inimigo político, Francisco Vilela Barbosa, o Marquês de Paranaguá.

Dois anos antes de assumir a cátedra na Academia da Marinha, em decorrência das “rebeliões de Minas e de S. Paulo”, em 1842, Ottoni “esteve preso a maior parte do tempo”. O responsável por sua prisão, o Ministro da Marinha, era o Marquês de Paranaguá, o mesmo que havia impedido que ele assumisse a cadeira de Geometria em São Paulo e, consequentemente, pudesse estudar direito como desejava naquele período (Ottoni, 1983, p.31).

No ano seguinte em que assumiu sua cátedra na Academia da Marinha, 1845, Ottoni apresenta publicamente uma crítica aos *Elementos de Geometria* de Barbosa. “em um opúsculo intitulado *Juizo critico sobre compendio de geometria adoptado pela Academia de Marinha do*

Rio de Janeiro” (Castro, 1999, p.21-2). A escrita deste opúsculo teve “a vingança como um de seus motivos”, mas também aponta para a intenção de Ottoni em “fundar alguma reputação científica”. De 1849 até 1853 se dedicou à escrita de “compêndios para o 1º ano”.

Para escrever seus livros, como acontecia com os autores de livros didáticos daquele período, Ottoni se apropria de partes de outros livros e, por isso, considera-se um compilador e não um autor. Os autores com os quais mais concordava e que utilizou para a escrita de seus compêndios foram L. P. M. Bourdon e A. J. H. Vincent. Tendo, no entanto, clareza da forma como realizou a escrita, que não foi uma mera transcrição, uma vez que realizou algumas modificações de “exposição” e “método”, Ottoni admite que não é necessário “exagerar a modéstica” (Ottoni, 1983, p.52 e p.62).

Em sua *Mémoires*, Ottoni comenta que ao escrever seus livros não pensou “em colher deles vantagens pecuniárias”, mas admite ter obtido bons rendimentos com os direitos autorais ou com a venda de propriedade. Em um apêndice de seu livro de *memórias*, Ottoni registra os ganhos que obteve com a venda de seus livros de Geometria, Aritmética e Álgebra até aquele momento: “cerca de 60 contos de réis”. Embora não seja um valor tão significativo, complementa que esse valor foi “muito inferior ao que vale a reputação que me criaram” (Ottoni, 1983, Nota E).

Considerações Finais

A experiência de Christiano Bendicto Ottoni como professor da Academia da Marinha não mereceu muitas observações em suas *memórias*. Nada comenta sobre seus colegas de profissão, suas aulas, seus alunos ou as práticas da Academia. Esse silêncio pode ser significativo. Talvez tenha preferido não expor a Academia. A autoria de livros didáticos mereceu um pouco mais de atenção. Foi um autor adotado no Colégio Pedro II. Vendeu mais livros do que imaginou. Nunca se considerou um “verdadeiro matemático”, como o professor Maximiano Antonio da Silva Leite, que procurou várias vezes para tirar as suas dúvidas matemáticas, mas teve o reconhecimento de seus colegas de profissão e dos alunos que utilizaram seus livros.

Irriqueto, polêmico, republicano, tornou-se um político respeitado. Foi Deputado e Senador em várias legislações. Defendeu as causas do partido liberal: eliminação da prática do “beija-mão”, a abolição dos escravos, a queda da monarquia, etc. Teve muitos amigos e vários inimigos. Envolveu-se em várias situações de conflito, foi preso, teve vários processos contra ele, incluindo alguns ligados à família.

Christiano Bendicto Ottoni, conseguiu a notoriedade que tanto parece ter almejado. No entanto, essa notoriedade não foi alcançada pela escrita de seus compêndios ou por suas atuações e convicções políticas, mas por uma outra atividade que de alguma forma se liga às demais: engenheiro de ferrovias. Essa atividade o transformou em um símbolo da modernidade brasileira:

“O pai das Estradas de Ferro do Brasil”.

Bibliografia e referências

- Castro, F. O. (1999). *A matemática no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP – 2ª edição.
- Coelho, N. N. (1987). A tradução: núcleo geratriz da literatura infantil/juvenil. *Ilha do Desterro*. Florianópolis, n. 17, 1987. pp. 21-32.
- Faria Filho, L. M. e Vidal, D. G. (2000). Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* 14(1),19-34.
- Henriques, H. C. (2005). Os livros de Matemática durante a monarquia: um breve roteiro. In: Moreira, D & Matos, J. M. (Eds.). *História do Ensino da Matemática em Portugal*. Lisboa: SEM-SPCE.
- Otoni, C. B. (1983). *Autobiografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Pirassinunga, A. (1958). *Ensino militar no Brasil* (colônia). Biblioteca do Exército Editora.
- Saint-Hilaire, A. (1930). *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*. São Paulo: Nacional. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br>.
- Schubring, G. (2003). *Análise histórica de livros de matemática: notas de aula*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Silva, A. D. (1928a). *Collecção da Legislação Portuguesa*. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Typografia Maigrense. Disponível em <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>.
- Silva, A. D. (1928b). *Collecção da Legislação Portuguesa*. Legislação de 1791 a 1801. Lisboa: Typografia Migrense. Disponível em <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>.
- Travassos, F. P. (s/d). *Documento 3*. Disponível em <http://www.acadciencias.pt/processos/b/fvnrabosa/photo3.html>.
- Valente, W. R. (1999)..*Uma história da matemática escolar no Brasil:1730-1930*. São Paulo: ANABLUME.